

RELAÇÕES ENTRE OS ESPAÇOS VIVIDOS E O DIREITO À APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA CIDADE DE VITÓRIA¹

Juliano Torezani Tonon²
Shellen de Lima Matiazzi³

RESUMO

Este estudo busca analisar a relação entre os espaços vividos – a partir do conceito geográfico de Lugar – e o direito à aprendizagem de jovens e adultos (EJA) empobrecidos da rede municipal de educação de Vitória (ES) em salas de aula descentralizadas. Utiliza como abordagem metodológica a pesquisa-ação como mecanismo de reflexão-ação sobre esses contextos. Fundamenta-se em Arroyo (2017) e Calvacanti (2019) para estabelecer conexões entre as práticas pedagógicas dos lugares de vivência desses estudantes.

Palavras-chave: Educação de jovens e adultos; Lugar; Direito à aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Este estudo busca analisar a garantia do acesso e permanência e, em destaque, do direito à aprendizagem de jovens e adultos a partir da oferta de Educação de Jovens e Adultos (EJA) em um formato de salas de aula descentralizado⁴, localizadas na cidade de Vitória, estado do Espírito Santo (ES), considerando os modos pelos quais os contextos de vida desse alunado e os espaços empobrecidos em que essas salas de aula estão situadas são pensados e problematizados nas práticas pedagógicas elaboradas pelos professores que atuam nesses contextos.

¹ O trabalho é proveniente de estudos do grupo de estudos em educação, pobreza e desigualdade social (GEEPDS/UFES).

² Mestrando do Programa de Pós-graduação em Mestrado Profissional em Ensino de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProfGeo/UERJ), julianottonon@gmail.com;

³ Doutoranda em Educação pelo programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UFES). Mestre em Educação pelo programa de Pós-graduação em Mestrado Profissional em Educação (PPGMPE/UFES), shelimaprof@gmail.com;

⁴ Entende-se por salas de aula descentralizadas, aquelas que acontecem em diferentes espaços públicos, para além de um espaço da escola como estrutura física, como por exemplo em associações de moradores.

Historicamente, os alunos da EJA são os sujeitos socialmente oprimidos, empobrecidos, alijados do acesso aos direitos básicos e, conseqüentemente, dos processos de escolarização. Vale ressaltar, que o acesso mais ampliado a escola pública como direito de todos se dá a partir das lutas sociais por direitos entre o fim dos anos 70 e se materializa com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF-88).

São esses Outros⁵, sujeitos invisibilizados e discriminados por sua condição de classe, que chegam às escolas públicas. Arroyo (2017) aponta que a educação necessita priorizar esses sujeitos, compreendendo os significados das trajetórias vividas pelos alunos da EJA que traçam esperanças nesses processos escolares em busca de uma vida mais digna e humana, levando para as salas de aula suas histórias marcadas pelas injustiças sociais. Sob esse espectro, entendemos a importância de direcionar os olhares da Geografia para os espaços vividos onde se buscará compreender as especificidades dos espaços na dimensão de sua vivência, em sua cotidianidade, em sua complexidade, em seus diferentes componentes históricos, culturais, econômicos, afetivos – espaços vividos, representados, imaginados. (CAVALCANTI, 2019).

Diante das considerações, direcionamos olhares aos modos pelos quais esses territórios vividos e historicamente marcados por processos de exclusão social têm sido pensados e problematizados nas práticas pedagógicas elaboradas, em destaque, quando falamos de alunos da EJA, que tem suas vidas atravessadas pela negação básica de direitos, dentre eles, o direito à educação. Desse modo, esta pesquisa em desenvolvimento busca trazer contribuições aos gestores educacionais sobre políticas de descentralização de sala de aula, que possam aproximar alunos atendidos na EJA das escolas, garantindo-lhes o acesso e permanência, frente as demandas específicas desse público, bem como de profissionais que atuam em escolas públicas de EJA para as necessidades compreender e problematizar nos processos educativos os espaços e as realidades vividas pelos educandos.

⁵ Termo cunhado pelo Prof. Miguel Arroyo para designar o olhar aos sujeitos empobrecidos e alijados das políticas públicas e sociais historicamente (ARROYO, 2014).

METODOLOGIA

Buscamos compreender como estão sendo elaboradas as práticas pedagógicas de professores que atuam na EJA, que levem em consideração a garantia do direito à aprendizagem, considerando os espaços vividos da Cidade de Vitória-ES e aquilo que implica a compreensão desses espaços. A abordagem metodológica da pesquisa-ação nos possibilita ampliar as compreensões sobre a realidade social e o contexto escolar a partir do lugar em que essas salas descentralizadas se localizam, evidenciando como as práticas pedagógicas podem emergir a partir das vivências dos alunos.

A pesquisa busca fazer um levantamento bibliográfico, a partir do contexto histórico sobre a realidade de Jovens e Adultos e dos processos de analfabetismo na história da população brasileira e sobre os processos educacionais e seus impactos na produção de legislações para a efetivação desse direito à educação, pensando o acesso, permanência e a garantia do direito à aprendizagem.

Objetivamos a realização de movimentos formativos com professores de diferentes níveis de ensino/disciplinas que atuam na EJA, em salas de aula descentralizadas, buscando estabelecer uma análise reflexiva entre a pesquisa e a docência e nos modos como esse coletivo considera nas práticas pedagógicas a relação entre os espaços vividos e as condições sociais de vida dos alunos, de modo a problematizar os processos de ação-reflexão sobre a própria prática. (BARBIER, 2007).

DESENVOLVIMENTO

Este estudo busca compreender como estão sendo elaboradas as práticas pedagógicas que levem em consideração a garantia do direito à aprendizagem de Jovens e Adultos nos contextos escolares localizados em territórios empobrecidos na cidade de Vitória-ES, considerando as particularidades desses lugares. Dessa forma, elencamos como objetivos para esta pesquisa:

- Compreender de que forma a proposta da EJA com salas de aulas descentralizadas e em diferentes espaços da cidade tem promovido a redução das desigualdades educacionais.
- Investigar como essa proposta de organização escolar tem considerado os espaços vividos em suas práticas pedagógicas.
- Pesquisar como os docentes elaboram e desenvolvem práticas pedagógicas que busquem garantir o direito à aprendizagem de jovens e adultos.

PRINCIPAIS ANÁLISES

Nossas reflexões são elaboradas a partir do questionamento: **quem são os sujeitos da EJA?** Assim, evidenciamos que a EJA é composta, exclusivamente, por sujeitos empobrecidos que, no curso de suas trajetórias de vida, foram alijados do acesso à educação. Para além disso, pensaremos na descentralização das salas de aula que atendem a esses sujeitos, questionando o **onde? e o por que aí?** como questões iniciais da investigação geográfica, buscando localizar e, principalmente, compreender as razões dessa localização.

A EJA se constitui dessas histórias, atravessadas pelos contextos sociais e históricos de desigualdades, em que a condição de classe é fator preponderante para determinar a negação de direitos, dessa forma compreendemos que a pobreza é

um fenômeno estrutural e complexo, de caráter multidimensional e multifacetado, não podendo ser considerada como mera insuficiência de renda, mas também desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida. (CARARO, 2015, p. 141).

Dessa maneira, falar de EJA requer que olhemos para as condições sociais vividas e os espaços onde estão localizados alunos e escola. Os resultados parciais da pesquisa nos indicam que a proposta de salas de aula descentralizadas nos diferentes espaços da cidade possibilita o acesso e permanência de jovens e adultos à escola, mais próximo de suas moradias. Como parte de nosso estudo, adentraremos ao debate sobre a garantia do direito à aprendizagem com professores que atuam na EJA, buscando elementos sobre os modos

como os espaços vividos são considerados nas práticas pedagógicas e como as realidades sociais são problematizadas por esses docentes na elaboração dessas práticas (ARROYO, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossas análises iniciais da pesquisa, evidenciamos como se faz necessário que os contextos educacionais considerem as realidades vividas pelos sujeitos, em especial, quando falamos de Jovens e Adultos que tem suas vidas atravessadas pela condição de empobrecimento e que, nas trajetórias de vida, estiveram alijados do acesso aos direitos sociais básicos, dentre eles, a educação.

Entendemos que a temática por nós abordada busca elaborar reflexões sobre os modos pelos quais os professores compreendem essas realidades, compreendem os espaços vividos e os têm considerado nas práticas pedagógicas, de modo a considerar os sujeitos nos processos educativos, em que “[...] mestres-educadores/as [precisam] ser levados/as a reinventar conhecimentos, novas identidades, artes para entender [...] os jovens-adultos que chegam às escolas de EJA” (ARROYO, 2017, n/p), em busca do direito a uma vida justa e digna.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. **Passageiros da Noite**: do trabalho para EJA. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Brasília: Liber Livro, 2007.

CARARO, M. F. **O programa mais educação e suas interfaces com outros programas sociais federais no combate à pobreza e à vulnerabilidade social**: intenções e tensões. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2015.

CAVALCANTI, L. S. **Pensar pela Geografia**: ensino e relevância social: Alfa Comunicação, 2019.